

## Prospecção do Atendimento Odontológico nos Hospitais Públicos do Brasil para Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais

*Prospection of the Dental Care in Brazilians Public Hospitals for People with Disabilities*

Karina e Silva Pereira<sup>1</sup>, Renivânia Pereira da Silva<sup>2</sup>, Livian Maria Silva dos Santos<sup>3</sup>, Hélio Roberto Hekis<sup>4</sup>, Ângelo Roncalli Oliveira Guerra<sup>5</sup>, Custódio Leopoldino de Brito Guerra Neto<sup>6</sup>

### RESUMO

Grande parte da população brasileira sofre com a presença de doenças bucais. Além disso, pessoas com deficiência ou necessidade especial demandam maiores cuidados com a saúde bucal. Esse público apresenta dificuldades na higienização e mastigação, além de sofrer com limitações de acesso aos serviços de saúde, resultando em necessidades odontológicas que podem causar complicações na saúde bucal e ocasionar distúrbios sistêmicos, necessitando de atendimento hospitalar de alta complexidade. Este trabalho teve por objetivo avaliar o cenário de acesso das pessoas com deficiência ou necessidades especiais ao atendimento odontológico nos hospitais públicos brasileiros. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura e prospecção através das bases de pesquisa e bases de dados governamentais. Avaliou-se que no Brasil cerca de 24% da população possui deficiência ou necessidade especial. No entanto, observou-se que existe um número notavelmente escasso de trabalhos acerca desse tema e baixa cobertura assistencial odontológica hospitalar. No intervalo de 2008 a 2022, verificou-se cobertura assistencial de apenas 3% para a população com deficiência, sinalizando que grande parte desse segmento social deixou de receber serviços odontológicos integralizados. Conclui-se que existe a necessidade de ampliar a oferta do serviço odontológico hospitalar na rede de saúde pública brasileira para pessoas com deficiências e necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Odontologia. Odontologia Hospitalar. Pessoas com Deficiência. SUS.

### ABSTRACT

A large part of the Brazilian population suffers with oral diseases. In addition, people with disabilities require greater oral health care. This public has difficulties in cleaning and chewing, in addition to suffering with limited access to health services, resulting in dental needs that can cause complications in oral health and cause systemic disorders, requiring high-complexity hospital care. This study aimed to evaluate the access scenario of people with disabilities to dental care in Brazilian public hospitals. A systematic review of the literature and data prospection was carried out through research bases and government databases. It was estimated that in Brazil about 24% of the population has some disability. However, it was observed that there is a remarkably scarce number of papers regarding this topic and also there is low hospital dental care coverage. In the time from 2008 to 2022, there was dental care coverage of only 3% for the population with disabilities, indicating that a large part of this social segment had no access to full dental services. It is concluded that it is necessary to expand the offer of hospital dental services in the Brazilian public health network for people with disabilities.

**Keywords:** Dentistry. Hospital Dental Service. Disabled Persons. Unified Health System.

<sup>1</sup> Cirurgiã-Dentista, Mestranda em Gestão e Inovação em Saúde - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: esilvakarina@gmail.com . Orcid: 0000-0002-9436-9778

<sup>2</sup> Graduanda em Engenharia Biomédica - Escola de Ciências e Tecnologia , UFRN. Orcid: 0000-0001-8055-8415.

<sup>3</sup> Graduanda em Biomedicina - UFRN. Orcid:0000-0002-5790-4647

<sup>4</sup> Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas - Departamento de Engenharia Biomédica , UFRN. Orcid: 0000-0002-7601-8931.

<sup>5</sup> Doutor em Engenharia Mecânica - Departamento de Engenharia Mecânica , UFRN. Orcid: 0000-0002-9289-7630.

<sup>6</sup> Cirurgião-Dentista, Doutor em Ciência e Engenharia de Materiais - Departamento de Engenharia Biomédica, UFRN. Orcid: 0000-0003-4934-7294.

## 1. INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, a Odontologia Hospitalar tomou protagonismo nas unidades de saúde do Brasil por impulsionar, aprimorar e integrar na qualidade da prestação de serviços para os cuidados bucais aos pacientes internados, o que marcou a importante presença do cirurgião-dentista no âmbito hospitalar (DE SOUZA, 2017).

Pessoas com Necessidades Especiais ou Deficiências são definidas como aquelas que apresentam alguma restrição física, de desenvolvimento, mental, sensorial, comportamental, cognitivo ou emocional que requer controle farmacológico e atendimento através de programas e serviços especializados. Esta condição pode ser adquirida ou desenvolvida, causando limitações na performance de atividades cotidianas ou ainda comprometer a qualidade de vida do indivíduo (ANDRADE e ELEUTÉIO, 2015; MATA *et al.*, 2021).

Diante do complexo quadro apresentado pelos pacientes internados, destaca-se o caráter de isolamento, debilitação que resulta na dependência constante de cuidados, além de alterações emocionais, como estresse e ansiedade, que podem culminar no aparecimento de complicações na saúde bucal e ocasionar distúrbios sistêmicos (DE SOUZA *et al.*, 2017). Desse modo, a Odontologia Hospitalar tem como principal objetivo recuperar e promover a saúde do paciente institucionalizado, na busca por sanar possíveis alterações do sistema estomatognático, exigindo procedimentos com equipes multidisciplinares, o que inclui a atuação do cirurgião-dentista (MIRANDA, 2018).

Sabe-se que a condição oral altera a evolução e resposta do quadro geral de saúde, assim como a saúde bucal pode ser comprometida pelas interações medicamentosas e alterações sistêmicas presentes no paciente hospitalizado, inclusive acometendo também aqueles com necessidades especiais. Destarte, a participação do Cirurgião-Dentista em âmbito hospitalar pode contribuir para diminuir o risco de infecção, a quantidade de prescrição de medicamentos e a indicação de nutrição parenteral, além de melhorar a qualidade de vida e promoção de um atendimento completo ao paciente (MICLOS *et al.*, 2014; FRANCO *et al.*, 2020).

De acordo com o levantamento de 2010 da SB Brasil, a maior parte da população brasileira sofre com a presença de doenças bucais, muito embora não haja estatística que evidencie tais dados para o público de Pessoas com Deficiência (PcD) ou Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) (BRASIL, 2012a). Nesse âmbito, se faz necessário ressaltar que pessoas com deficiências podem manifestar riscos elevados para problemas bucais,

por apresentarem dificuldade na higienização local, na mastigação, pelo uso de dieta pastosa ou rica em carboidrato, devido a utilização de medicamentos adocicados que promovem a diminuição do fluxo salivar, além de haver limitações para acesso aos serviços de saúde (ANDRADE e ELEUTÉIO, 2015; MATA *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, a soma de pequenos cuidados parciais resulta na integralidade do atendimento aos pacientes, reduzindo o tempo de permanência no hospital, promovendo a recuperação mais rápida (LIMA *et al.*, 2016).

A assistência odontológica a esse grupo populacional pode envolver dificuldades em decorrência das limitações apresentadas pelos pacientes ou pelas barreiras relacionadas à capacitação profissional das equipes de saúde bucal. Devido os desafios existentes para a prestação dos serviços ao público em questão, se faz necessário a realização de planejamentos mais direcionados, visto que há possibilidade de indicações de tratamento odontológico hospitalar sob uso de sedação ou anestesia geral (MATA *et al.*, 2021). Dessa forma, este trabalho teve por objetivo avaliar o acesso das pessoas com deficiência ou necessidades especiais à rede de atendimento odontológico hospitalar integral nos hospitais da rede pública de saúde.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse trabalho foi realizada uma revisão sistemática da literatura bem como análise e prospecção dos dados dispostos no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inerentes ao tema em estudo.

Na primeira etapa do processo, foram definidas as palavras-chave que representavam o objeto de estudo, estabelecidas por meio dos descritores existentes na plataforma “Ciência da Saúde DeCS/MeSH”. De posse das palavras-chave, foram definidos os termos de busca em inglês, português e espanhol. Todos eles foram utilizados para as buscas dos artigos nas bases de pesquisa, como também os operadores booleanos “AND” e “OR” foram necessários para a construção dos termos de busca, detalhados no quadro 1.

Posteriormente, foram realizadas as buscas nas bases PubMed, Scopus, Scientific Electronic Library Online (Scielo), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), MEDLINE, Embase, BVS e Cochrane Library, todas acessadas por meio da plataforma Periódicos Capes, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Durante esta etapa, ocorreu uma busca

piloto em agosto de 2021, para melhor aprofundamento do tema do trabalho, seguido da busca literária final que ocorreu em março de 2022. Devido à escassez de trabalhos publicados na área, não foi praticada delimitação do ano de publicação dos artigos. Na Figura 1 está apresentado o fluxograma do processo de busca e triagem.

**Quadro 1.** Detalhamento dos termos de busca/Estratégias de busca utilizadas.

Idioma	Termos de busca
EN	((("Dental care" OR "Comprehensive Dental Care" OR "Dental Care Delivery" OR "Dentistry") AND ("Disabled" OR "Disabled Person" OR "Disabled Persons" OR "Handicapped" OR "Handicapped person" OR "People with Disabilities" OR "Persons with Disabilities" OR "Persons with Disability" OR "Physically Disabled" OR "Physically Handicapped") AND ("Hospital" OR "Care Center" OR "Ambulatory Care" OR "Ambulatory Health" OR "Care Clinic" OR "Hospital Services" OR "Multidisciplinary Team") AND ("Brazil" OR "Brazilian" OR "Latin America"))
PT	((("Assistência Odontológica" OR "Atendimento Odontológico" OR "Cuidados Odontológicos" OR "Odontologia" OR "Serviços Odontológicos" OR "Serviço Odontológico") AND ("Deficiente" OR "Portadores de Deficiências" OR "Portador de Deficiência" OR "Pessoa Portadora de Deficiência" OR "Pessoa Deficiente" OR "Pessoa com Deficiência" OR "Pessoa com Necessidade Especial" OR "Pessoa com Necessidades Especiais" OR "Portadores de Necessidades Especiais" OR "Portador de Necessidade Especial" OR "Necessidade Especial" OR "Necessidades Especiais") AND ("Serviço Hospitalar" OR "Serviços Hospitalares" OR "Hospital" OR "Centros de Atendimento" OR "Ambulatórios" OR "Postos de Saúde" OR "Postos de Saúde Ambulatoriais" OR "Unidades Ambulatoriais" OR "SUS" OR "Sistema Único de Saúde" OR "Equipe Multidisciplinar") AND ("Brasil" OR "Brasileiro" OR "América Latina"))
ES	((("Assistência Odontológica Integral" OR "Atención Odontológica Integral" OR "Cuidado Dental" OR "Cuidado Odontológico") AND ("Personas con Discapacidades" OR "Deshabilitado" OR "Persona discapacitada" OR "Discapacitado" OR "Persona discapacitada") AND ("Atención Ambulatoria" OR "Ambulatorio" OR "Hospital" OR "Servicio Hospitalario" OR "Servicios Hospitalarios" OR "Equipo Multidisciplinar") AND ("Brasil" OR "Brasileño" OR "América Latina"))

Fonte: Autores.

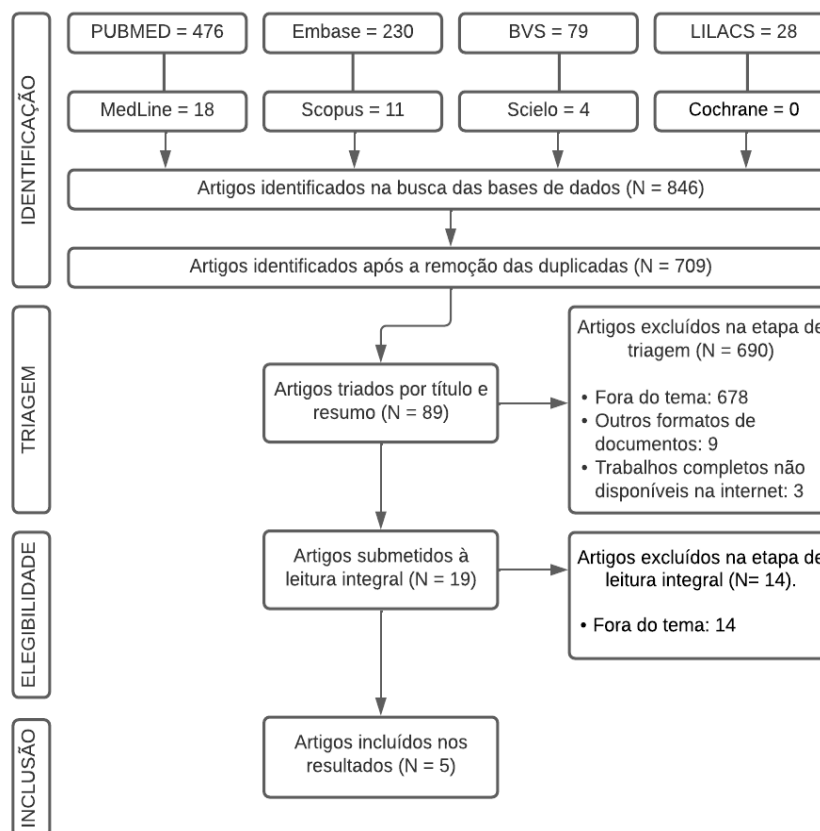
Os critérios de inclusão adotados foram: (1) trabalhos cujo objeto do estudo estivesse relacionado ao atendimento odontológico hospitalar para PcD ou PNE; (2) artigos indexados nas bases de dados: PubMed, Scopus, Scielo, LILACS, MEDLINE, Embase, BVS e Cochrane Library e (3) artigos publicados em português, espanhol e inglês.

Os critérios de exclusão adotados foram: (1) trabalhos duplicados (2) artigos que não abordavam o tema principal do trabalho, (3) editoriais, cartas ao editor, resumos publicados em anais de eventos, opinião de especialistas, teses e dissertações e (4) artigos sem o texto completo disponível na internet.

A revisão por pares ocorreu com base nas informações dos títulos e resumos dos artigos avaliados que estavam coerentes com o objeto de estudo deste trabalho. Em seguida, avaliou-se os textos completos dos artigos e foi realizada a seleção final deles, de acordo com os critérios mencionados anteriormente.

Para o registro dos artigos selecionados, foi utilizado uma planilha padronizada para a extração dos seguintes dados: autor(es); ano de publicação; título do trabalho; palavras-chave/descriptores; objetivos; conclusões ou considerações finais; local de realização do estudo; base de dados e revista na qual o artigo foi publicado.

**Figura 1.** Fluxograma do processo de busca, triagem e inclusão dos estudos na revisão.



Paralelamente à busca de artigos, foi realizada pesquisa ao Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) e ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para aprofundar a análise inerente à problemática dos serviços odontológicos prestados às PcDs e PNEs por meio dos hospitais públicos brasileiros. Os sistemas, SIH/SUS e IBGE, contêm dados secundários que já foram coletados, tabulados, ordenados e que não identificam individualmente os sujeitos da pesquisa, justificando-se assim a não submissão deste trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa.

A busca ao sistema SIH/SUS ocorreu por meio do TabNet, na Aba de Assistência à Saúde e teve por objetivo encontrar a quantidade de municípios brasileiros que realizam o atendimento a pessoas com deficiências/necessidades especiais em âmbito hospitalar. A

pesquisa ocorreu em 21 de março de 2022 e consistiu na busca pelos atendimentos a esse público no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2022 de dados referentes aos atendimentos realizados, cujo código lançado para registro dos atendimentos no SUS é o “04.14.02.041-3 - TRATAMENTO ODONTOLÓGICO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS”. Esse código consiste em informações dos procedimentos odontológicos realizados em ambiente hospitalar, sob anestesia geral ou sedação, em usuários que apresentem uma ou mais limitações temporárias ou permanentes de ordem física, intelectual, sensorial e emocional que o impeça de ser submetido a um atendimento odontológico convencional.

Com o propósito de verificar o quantitativo de pessoas com deficiência no Brasil, realizou-se consultas à base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nessa análise, foram utilizados os dados do último censo demográfico nacional, realizado em 2010, presentes na aba da “Amostra Populacional - Pessoas com Deficiência”. O estudo analisou os dados do Censo, os quais são coletados por meio do questionário básico aplicado a todos os domicílios existentes no território brasileiro no período da coleta dos dados (1º de agosto a 31 de outubro de 2010).

Durante a realização deste trabalho, não havia disponível o censo da população de pessoas com deficiência pelo IBGE nos anos de 2021/2022. Para obter uma projeção para o ano atual (2021), foi tomado como referência a porcentagem de pessoas com deficiência em 2010 e a projeção da população para 2021 apresentada pelo IBGE, mantendo então a representação aproximada de 24% para a população de pessoas com deficiência no Brasil. Em seguida foi realizada a tabulação, cruzamento e análise entre os dados coletados pelo IBGE e SIH/SUS.

### 3. RESULTADOS

Diante dos artigos encontrados nas bases de dados, apenas 5 preencheram os requisitos necessários para compor este trabalho. Acerca das principais características e temas dos estudos, observou-se que três estudos tratavam de análises epidemiológicas, com o objetivo de identificar as características demográficas dos indivíduos atendidos (VERÍSSIMO *et al.*, 2013; SANTOS *et al.*, 2015 e SANTOS *et al.*, 2017) e dois artigos avaliaram a acessibilidade e fatores associados aos serviços públicos odontológicos para pessoas com deficiência (OLIVEIRA *et al.*, 2008 e DEBOSSAN *et al.*, 2022). As principais características dos estudos incluídos estão apresentadas no Quadro 2.

**Quadro 2.** Principais características dos estudos incluídos na revisão sistemática.

<b>Autores e Ano</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Conclusão</b>
Oliveira <i>et al.</i> , 2008	Uso de serviços odontológicos por pacientes com síndrome de Down	Analisar fatores relacionados à atenção odontológica recebida por crianças e adolescentes com síndrome de Down.	A atenção odontológica recebida pelo público do estudo foi influenciada, além da idade, pela postura dos profissionais, mostrando a importância desses cuidadores atuarem com uma prática de atendimento integral.
Veríssimo <i>et al.</i> , 2013	Perfil Odontológico de Pacientes com Necessidades Especiais Assistidos em Hospital Pediátrico de uma Universidade Pública Brasileira	Traçar o perfil odontológico dos pacientes com necessidades especiais em um hospital pediátrico de uma universidade pública.	As necessidades especiais mais comuns foram fenda labial e/ou palatina, síndrome de Down, diabetes, epilepsia, doença renal crônica e cardiopatia. A higiene oral é insatisfatória e há alta incidência de cárie, presença de gengivite e necessidade de exodontias múltiplas.
Santos <i>et al.</i> , 2015	Utilização dos serviços de atendimento odontológico hospitalar sob sedação e/ou anestesia geral por pessoas com necessidades especiais no SUS-MG, Brasil	Identificar as características demográficas e assistenciais do tratamento odontológico sob sedação e/ou anestesia geral em ambiente hospitalar no SUS-MG.	O paciente adulto, do sexo masculino com diagnóstico de transtornos mentais, comportamentais e doenças do sistema nervoso, foi o perfil clássico do paciente atendido. Diversas dificuldades em se estabelecer uma rede de atenção à saúde bucal para esse grupo também foram identificadas.
Santos <i>et al.</i> , 2017	Tratamento Odontológico Hospitalar para Pacientes com Necessidades Especiais em Saúde em Minas Gerais, Brasil: Uma Análise de Cluster	Verificar características demográficas e assistenciais do atendimento odontológico hospitalar para população com necessidades especiais em saúde.	O atendimento odontológico hospitalar foi realizado em sua maioria em homens diagnosticados com transtornos mentais e comportamentais e doenças do sistema nervoso, com idade superior a 25 anos e atendidos por dentistas generalistas.
Debossan <i>et al.</i> , 2022	Acesso a Serviços de Saúde Bucal para Indivíduos com Doenças Genéticas Raras que Afetam o Desenvolvimento Esquelético	Identificar fatores associados aos serviços de saúde bucal para indivíduos com e sem doenças genéticas raras.	Indivíduos sem doenças genéticas raras e sem histórico de infecções do trato respiratório superior tiveram mais chance de ter acesso aos serviços odontológicos. Indivíduos com doenças genéticas raras tem menos acesso aos cuidados de saúde oral.

Fonte: Autores.

A respeito da coleta de dados, três artigos (VERÍSSIMO *et al.*, 2013; SANTOS *et al.*, 2015 e SANTOS *et al.*, 2017) usaram como fonte de coleta dados secundários, através do acesso aos prontuários dos indivíduos atendidos ou à sistemas de informação, enquanto dois trabalhos usaram com fonte de coleta dados primários (OLIVEIRA *et al.*, 2008 e DEBOSSAN *et al.*, 2022) por meio de questionários aplicados e avaliações clínicas.

Três artigos tinham como público alvo do estudo pessoas com deficiências ou necessidades especiais em geral (VERÍSSIMO *et al.*, 2013; SANTOS *et al.*, 2015 e SANTOS *et al.*, 2017), enquanto dois trabalhos tratam de características dos atendimentos e acesso ao serviço de odontologia hospitalar para necessidades especiais específicas, a saber, síndrome de Down e doença rara esquelética (OLIVEIRA *et al.*, 2008 e DEBOSSAN *et al.*, 2022).

Foi constatado que 40% dos artigos encontrados sobre o tema continham publicações decorrentes de trabalhos conduzidos no Sudeste brasileiro, o que corrobora com o fato desta região apresentar maior cobertura assistencial em seus municípios, variando entre 15,6% a 44,5% de municípios que oferecem o serviço. Em contrapartida, não foram identificados trabalhos das regiões Sul, Centro Oeste e Norte do país, embora alguns estados dessas regiões ofereçam cobertura assistencial significativa, especialmente na região sul.

Dentre os estudos epidemiológicos identificados durante a revisão da literatura, OLIVEIRA *et al.*, 2008 abordou sobre um grupo específico: crianças com síndrome de Down. Nesse estudo, os autores perceberam que, das crianças estudadas, grande parte tinha ido ao menos uma vez ao dentista e 79% pertenciam à classificação econômica menos favorecida, com idade média de 8 anos ( $\pm 4$  anos), sendo 54% do sexo masculino. Os demais artigos que tiveram como objetivo a identificação das características demográficas demonstram que o perfil padrão da pessoa com necessidade especial ou deficiência atendido sob sedação ou anestesia geral, trata-se, majoritariamente, de indivíduo adulto, do sexo masculino, com idade superior a 25 anos, com diagnóstico de transtornos mentais, comportamentais e doenças do sistema nervoso (SANTOS *et al.*, 2015; SANTOS *et al.*, 2017). Outrossim, Veríssimo *et al.* em 2013 identificaram que as necessidades especiais mais frequentes são fenda labial ou palatina, síndrome de Down, diabetes, epilepsia, doença renal crônica e cardiopatia, formando o principal grupo epidemiológico de pacientes que buscam por assistência odontológica hospitalar.



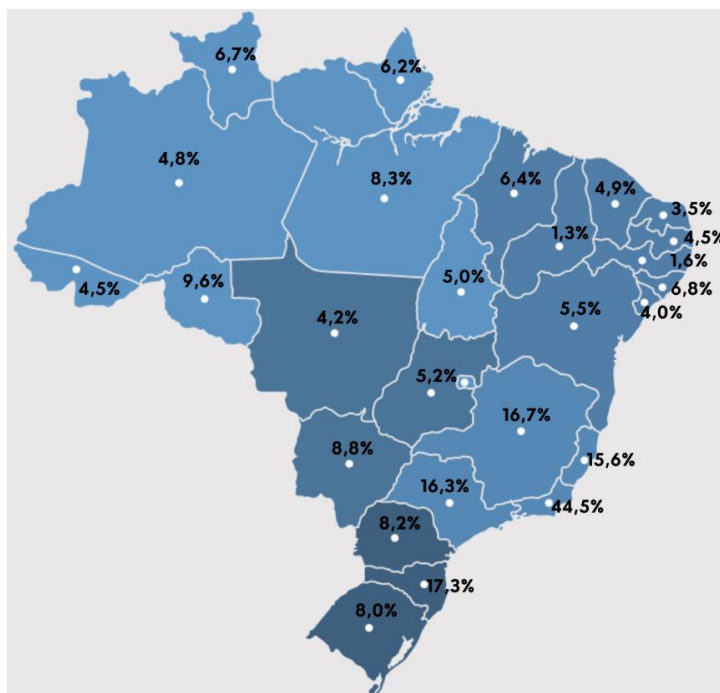
Os dados do último censo demográfico do IBGE, realizado em 2010, mostram que aproximadamente 45.803.867 pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência, considerando deficiências intelectuais, motoras, auditivas e visuais. Esse valor implica dizer que, para o ano do censo, em torno de 24% da população brasileira possuía algum tipo de deficiência, o que manifesta um percentual bastante expressivo. O estado de São Paulo possui a maior população de pessoas com deficiência do Brasil, contando com quase 10,5 milhões, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. A liderança destes estados pode resultar do fato de que todos eles possuem a maior representatividade da população brasileira, refletindo, portanto, no dado encontrado.

Para a projeção percentual das PcDs e PNEs para o ano de 2021, haja vista a não divulgação do censo neste ano vigente, foi aplicada a porcentagem de 24% sob a população total brasileira, que está estimada pelo IBGE no valor de 213.317.639 pessoas para o ano de 2021. Assim, avalia-se que no Brasil há atualmente cerca de 50.821.669 pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

O Brasil possui 5570 cidades (5568 municípios de fato e 2 municípios -equivalentes - Distrito Federal e Fernando de Noronha), no entanto, a partir da pesquisa realizada no SIH/SUS é possível observar que apenas 488 municípios brasileiros, o que corresponde a 8,8%, oferecem atendimento especializado odontológico, com uso de sedação ou anestesia geral, para pessoas com deficiências ou necessidades especiais. Nesse sentido, os estados do sul e sudeste brasileiro, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santos destacam-se por representar os maiores percentuais no fornecimento desse tipo de atendimento, correspondendo a 44,5%, 17,3%, 16,70%, 16,30% e 15,6% respectivamente. Em contraponto, estados do nordeste e centro-oeste como Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Mato Grosso possuem os menores percentuais da rede de assistência odontológica hospitalar para o público alvo do estudo, representado, respectivamente, 1,3%, 1,6%, 3,5%, 4,0% e 4,2%. A figura 2 mostra a proporção de municípios que oferecem atendimentos hospitalares por estado.

Numa análise geral, ao incluir todas as cidades brasileiras que fornecem serviço odontológico hospitalar para o público de PcD e PNE, obtemos uma média de somente 8,8% de cobertura nacional desse serviço, para um quantitativo que representa quase 51 milhões de pessoas em todo o Brasil, o que reflete a escassez dos serviços odontológicos hospitalares prestados na rede pública de saúde para o público em questão.

No período estudado (de 2008 a 2022), em todo o Brasil, foram realizados 78.340 atendimentos odontológicos hospitalares ao público do estudo. Ao levar em consideração o número de pessoas com deficiência no país e a quantidade de atendimentos odontológicos fornecidos a elas, é encontrada a relação de somente 17 atendimentos para cada 10.000 pessoas com deficiência.



**Figura 2.** Proporção de municípios que realizaram atendimentos hospitalares odontológicos para PcD/PNE no período de janeiro/2008 a janeiro/2022. Fonte: Autores.

A tabela 1 apresenta a relação dos atendimentos e número de pessoas com deficiência por cada Estado brasileiro. Nesta mesma tabela, pode-se verificar a estimativa populacional de PcD/PNE de acordo com os dados do IBGE e a análise de cobertura assistencial em cada Unidade Federativa brasileira.

**Tabela 1.** Relação dos atendimentos e prospecção do número de pessoas com deficiência por cada Estado brasileiro.

Unidade Federativa	População PcD/PNE <sup>1</sup>	População PcD/PNE <sup>1</sup> %	Número de AIH	Número de AIH %	Cobertura Assistencial
Acre	205.317	0,40%	139	0,20%	0,07%
Alagoas	927.154	1,82%	2.225	2,84%	0,24%

<b>Amapá</b>	266.531	0,52%	13	0,02%	0,01%
<b>Amazonas</b>	969.289	1,90%	220	0,08%	0,02%
<b>Bahia</b>	3.809.259	7,50%	1.254	1,60%	0,03%
<b>Ceará</b>	2.558.716	5,10%	500	0,64%	0,02%
<b>Distrito Federal</b>	691.891	1,36%	516	0,70%	0,07%
<b>Espírito Santo</b>	963.445	1,90%	724	0,92%	0,07%
<b>Goiás</b>	1.672.649	3,27%	1.780	2,30%	0,11%
<b>Maranhão</b>	1.786.169	3,51%	1.992	2,54%	0,11%
<b>Mato Grosso</b>	787.645	1,55%	1.502	1,92%	0,19%
<b>Mato Grosso do Sul</b>	610.141	1,20%	1.197	1,53%	0,20%
<b>Minas Gerais</b>	4.845.518	9,50%	16.944	21,63%	0,35%
<b>Pará</b>	2.311.378	4,55%	4.138	5,30%	0,18%
<b>Paraíba</b>	1.127.842	2,22%	549	0,70%	0,05%
<b>Paraná</b>	2.074.034	4,10%	186	0,24%	0,01%
<b>Pernambuco</b>	2.669.275	5,25%	7.345	9,40%	0,27%
<b>Piauí</b>	906.857	1,78%	116	0,15%	0,01%
<b>Rio de Janeiro</b>	991.711	1,95%	307	0,40%	0,03%
<b>Rio Grande do Norte</b>	2.733.645	5,38%	2.739	3,50%	0,10%
<b>Rio Grande do Sul</b>	4.266.296	8,39%	9.526	12,16%	0,22%
<b>Rondônia</b>	404.444	0,79%	442	0,60%	0,11%
<b>Roraima</b>	138.375	0,27%	758	1,00%	0,54%
<b>Santa Catarina</b>	1.566.030	3,10%	4.241	5,41%	0,27%
<b>Sergipe</b>	586.723	1,15%	754	0,96%	0,13%
<b>São Paulo</b>	10.594.018	20,84%	17.038	21,74%	0,16%
<b>Tocantins</b>	357.317	0,70%	1.195	1,52%	0,33%
<b>Total</b>	<b>50.821.669</b>	<b>100,00%</b>	<b>78.340</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,15%</b>

<sup>1</sup>Prospecção do número de pessoas com deficiência com base no último censo demográfico.

Observa-se que a cobertura assistencial hospitalar odontológica apresenta baixos índices em âmbito nacional, sendo que os Estados do Amapá, Paraná e Piauí apresentam

apenas 0,01% de cobertura para a população do estudo. Os Estados com maiores índices de cobertura, como Roraima (0,54%), Minas Gerais (0,35%) e Tocantins (0,33%) mostram índices distantes do ideal.

#### 4. DISCUSSÃO

Existe um esforço organizacional no Brasil para garantir a assistência à saúde bucal das pessoas com deficiência, compondo ações desde a atenção primária até o atendimento mais complexo, que envolve métodos de controle da dor em nível hospitalar, fortalecendo assim a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (SANTOS *et al.*, 2015; ANDRADE e ELEUTÉIO, 2015). A portaria GM/MS nº 793, de 2012, instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS, contemplando ações de saúde bucal nos estados e municípios (BRASIL, 2012b).

Apesar da crescente visibilidade conquistada pela odontologia hospitalar ao longo dos anos no Brasil, bem como a representatividade das pessoas que compõem o público alvo deste estudo, existe um número notavelmente escasso de trabalhos acerca desse tema em âmbito nacional. Revisões bibliográficas anteriores também demonstraram um número limitado de artigos que tratam da odontologia hospitalar, embora não se tenha dados de trabalhos voltados para o tema específico dessa revisão (GAETTI-JARDIM *et al.*, 2013; MIRANDA, 2018).

Debossan *et al.* (2021) confirmaram que pessoas com necessidades especiais ou deficiências apresentam alta incidência de cárie, presença de gengivite e necessidade de exodontias múltiplas acima das enfrentadas por pessoas sem deficiências. Adicionalmente, Veríssimo *et al.* (2013) e Santos *et al.* (2015) corroboram que demandas em serviços especializados devem ser capazes de atender às necessidades específicas para conduzir o tratamento de forma mais confortável e ágil possível. Posto isto, o atendimento hospitalar pode contribuir para o aumento da acessibilidade das pessoas com deficiência ao tratamento odontológico, especialmente quando essas não aderem ao tratamento convencional no âmbito ambulatorial (LOUZADA *et al.*, 2019).

Park e Sigal (2008) estimaram na literatura que cerca de 5% da população com deficiência requer o uso de anestesia geral ou sedação em ambiente hospitalar para facilitar o tratamento odontológico abrangente.

Em conformidade com os autores acima, ao menos 2.5 milhões de pessoas com deficiência no Brasil necessitam de assistência odontológica. Contudo, analisou-se que, apenas 3% desse número receberam assistência hospitalar odontológica. Essa estimativa sinaliza que 97% dos quase 2.5 milhões da população PcD/PNE foram afetadas, correspondendo a aproximadamente 2.4 milhões de pessoas com deficiência ou necessidade especial que deixaram de receber serviços odontológicos integralizados.

Os pesquisadores Santos *et al.* em 2015 e Debossan *et al.* em 2022, avaliaram a acessibilidade e fatores associados aos serviços públicos odontológicos para PcD ou PNE e destacam que embora haja necessidade de uma assistência odontológica integralizada para esse público, ainda existem diversas situações que dificultam prestação de serviços bucais, culminando em menos acesso aos cuidados de saúde oral. Esse fato é corroborado com os dados expostos neste trabalho, que revela que a região sudeste possui somente 0,21% de serviços odontológicos hospitalares prestados a essa população, seguidos de 0,17% pela região sul, 0,14% no centro oeste, 0,10% na região nordeste e 0,07% na região norte, apresentando a problemática do estabelecimento de assistência integralizada para a população com deficiência ou necessidade especial. Esse fato ratifica que regiões mais ricas apresentam maiores taxas de assistência odontológica hospitalar, no entanto, em todas as regiões do país, a cobertura assistencial e a realização de procedimentos ainda estão longe do ideal.

A falta de acessibilidade das unidades de saúde e suas proximidades não favorece o tratamento odontológico de pessoas com deficiência. Barreiras culturais, organizacionais, arquitetônicas, geográficas e de comunicação também restringem a demanda e o uso de serviços de saúde bucal por esse segmento social, impactando na orientação, manutenção, recuperação e resolutividade dos casos (ROCHA *et al.*, 2015). ROSA *et al.* em 2020 confirmam e endossa que a superação das barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência pode possibilitar o devido e digno acesso aos serviços de saúde bucal.

Esses dados trazem luz à necessidade do debate, como também o planejamento e desenvolvimento de serviços odontológicos integralizados às pessoas com deficiência e necessidades especiais, haja vista ser de direito do paciente o acesso à saúde, o que inclui saúde bucal, previstas na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS.

Este trabalho apresenta, até onde se pode verificar na literatura, a primeira descrição populacional da atenção odontológica hospitalar às pessoas com necessidade especial ou

deficiência em âmbito nacional brasileiro, fato importante para compreensão e planejamento de serviços de saúde bucal. Diante do baixo quantitativo de artigos identificados na literatura e prestação de serviços odontológicos, são reveladas lacunas e oportunidades de melhoria inerentes à escassez no campo da produção intelectual como também na cobertura dos serviços assistenciais odontológicos hospitalares direcionados às pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

## 5. CONCLUSÕES

Baseado nos resultados encontrados, pode-se concluir que embora tenhamos cerca de um quarto da população com deficiência, ainda não há integralidade da assistência odontológica, especialmente no nível terciário, visto que pouquíssimos atendimentos odontológicos hospitalares são realizados para a população PcD e PNE. Desta forma, os estudos que fizeram parte da revisão da literatura e o levantamento de dados realizado neste trabalho comprovam a necessidade da amplitude da oferta do serviço odontológico dentro dos hospitais da rede pública brasileira para pessoas com deficiências e necessidades especiais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. P. P; ELEUTÉIO, A. S. L. Pacientes Portadores de Necessidades Especiais: Abordagem Odontológica e Anestesia Geral. **Rev. bras. odontol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 1/2, jan./jun. 2015, p. 66-69.

BRASIL a. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 116 p. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa\\_nacional\\_saude\\_bucal.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf). Acesso em: 19 fev 2022.

BRASIL b. Ministério da Saúde. **Portaria/GM nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema único de Saúde. 2012.

DE SOUZA, Isabela Saturnino; SANTAELLA, Natalia Garcia; DA SILVA SANTOS, Paulo Sérgio. The practice of hospital dentistry in Brazil: an integrative literature review. **Rev Bras Odontol.** v. 74, n. 3, 2017, p. 232-239.

DEBOSSAN, Suélen Alves Teixeira; DEPS, Tahyná Duda; PRADO, Heloisa Vieira; ABREU, Mauro Henrique Nogueira Guimarães de; BORGES-OLIVEIRA, Ana Cristina. Access to Oral Health Care Services for Individuals with Rare Genetic Diseases Affecting Skeletal Development. **Spec Care Dentist.** v. 42, 2022, p. 32-40.

EMIDIO, T. S. *et al.* O Cirurgião-Dentista em Âmbito Hospitalar Viabilizando a Melhoria da Qualidade de Vida do Paciente. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, mar 2021, p. 30711-30722.

FRANCO, J. B. *et al.* Hospital Dentistry and Dental Care for Patients with Special Needs: Dental approach during COVID-19 Pandemic. **Brazilian Dental Science**, v. 23, n. 2, 2020: supp. 2.

GAETTI-JARDIM, Ellen; SETTI, Juliana Santiago; CHEADE, Maria de Fatima Meinberg; MENDONÇA, Jose Carlos Garcia de. Atenção Odontológica a Pacientes Hospitalizados: Revisão da Literatura e Proposta de Protocolo de Higiene Oral. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 11, n. 35, jan/mar 2013, p. 31-36.

LIMA, L. T. *et al.* Odontologia Hospitalar: Competência Do Cirurgião-Dentista. **Revista Uningá**. v.28, n.3,p.164-171, out-dez 2016.

LOUZADA, L. P.; PINTO, C. M. B. O.; SOARES, A. D.; FURTADO, B. A. CAOÉ na busca por uma odontologia hospitalar nacional para pessoas com deficiência. **Archives of Health Investigation**. v. 7, 2019.

MATA, L. L.; CUNHA, A. M. S. R.; MORONTE, A. M. Dental Management of a Patient with Special Health Care Needs. **Hindawi**. 2021.

MICLOS, P. V. *et al.* Inclusão da Odontologia no Cenário Hospitalar da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG. **Arq Odontol, Belo Horizonte**, v. 50, n. 1, jan/mar 2014, p. 28-34.

MIRANDA, A. F. Odontologia Hospitalar: Unidades de Internação, Centro Cirúrgico e Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Ciência & Odontologia**, v. 2, n. 2, 2018, p. 5-13.

NASCIMENTO, S. M. A. *et al.* Análise do Perfil dos Pacientes com Deficiência Internados no Instituto de Saúde da Criança do Amazonas. **Rev Odontol UNESP**, v. 49, 2020.

OLIVEIRA, Ana Cristina *et al.* Uso de Serviços Odontológicos por Pacientes com Síndrome de Down. **Rev. Saúde Pública**. v. 42, n. 4, ago 2008, p. 693-699.

PARK, MS; SIGAL, MJ. The role of hospital-based dentistry in providing treatment for persons with developmental delay. **J Can Dent Assoc**. v. 74, n. 4, mai 2008, p. 353-357.

ROCHA, Lyana Leal; SAINTRAIN, Maria Vieira de Lima; VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes. Access to Dental Public Services by Disabled Persons. **BMC Oral Health**. v. 15, n. 35, 2015, p. 1-9.

ROSA, Saulo V. *et al.* Barriers in Access to Dental Services Hindering the Treatment of People with Disabilities: A Systematic Review. **International Journal of Dentistry**, 2020.

SANTOS, J. S *et al.* Utilização dos Serviços de Atendimento Odontológico Hospitalar sob Sedação e/ou Anestesia Geral por Pessoas com Necessidades Especiais no SUS-MG, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, 2015, p. 515-524.

SANTOS, Jacqueline Silva *et al.* Hospital Dental Treatment for Special Health Care Needs Patients in Minas Gerais State, Brazil: A Cluster Analysis. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr.**, v. 17, n. 1, 2017.

VERÍSSIMO, Aretha Heitor; AZEVEDO, Isabelita Duarte; RÊGO, Delane Maria. Perfil Odontológico de Pacientes com Necessidades Especiais Assistidos em Hospital Pediátrico de uma Universidade Pública Brasileira. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr, João Pessoa.** v.13, n. 4, out./dez., 2013, p. 329-335.